

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

ATA Nº 05

Aprovado por maioria  
8 VOTOS a favor - CDU  
7 VOTOS contra - PS  
1 VOTO a favor - Colócal  
1 VOTO contra - BE  
Sessão de 20.12.19 "Direc  
A Mesa"  
Marta Antónia I. P. Marques

1  
2  
3  
4 Aos treze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, na vila do Torrão, na Sociedade 1º  
5 de Janeiro Torranense, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária  
6 Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da  
7 Silva, Primeiro Secretário da Mesa (em regime de substituição), Ricardo Jorge Carqueijeiro  
8 Magalhães Campos, Segundo Secretário da Mesa (em regime de substituição), e os Membros  
9 Serafim António Martins Inocêncio, Manuel Fernando da Silva Rocha, António José Freitas Grilo,  
10 José Manuel Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho, Jerónimo Jacinto Almeida (em regime  
11 de substituição), Gonçalo José Neto Nunes, Hortênsio José Vicente Sousa (em regime de  
12 substituição), Rui Damião Conceição da Silva, Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro, Frederico  
13 Albuquerque D'Orey, Casimiro Jerónimo (em regime de substituição), Pedro Miguel Coelho  
14 Marrilhas, Laura Maria Massano Branco Balona (em regime de substituição), João Augusto  
15 Veredas Campos (em regime de substituição), Filomeno Herlander Vieira Braz, Jacinto José  
16 Guerreiro Vinagre, António João Bragança Birra (em regime de substituição), Arlindo José Paulino  
17 de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal, Hélder Manuel Telo Montinho,  
18 Presidente da Junta de Freguesia de Torrão, Deolinda da Conceição de Oliveira Florêncio,  
19 Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Albino António Batista Francisquinho, Presidente  
20 da Junta de Freguesia de São Martinho.

21  
22 Compareceram também Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,  
23 e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus (Vice-Presidente),  
24 Nuno Miguel Besugo Pestana, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Gabriel Afonso Leal  
25 Geraldo e Mara Eloisa Pimentas Marques.

26  
27 Verificou-se a ausência dos Deputados Luzia Maria Carvalho Maurício, Maria Antónia Foito Crespo,  
28 João Luís Campos Guerreiro, Vítor Manuel Elias Rosa, Maria de Fátima Martins Santos Leite,  
29 Mafalda Sofia da Conceição Panoias e Ana Helena Carvalho da Silva, tendo os mesmos  
30 apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

31  
32 A Presidente da Assembleia informou, que nos termos do número 3 do artigo 4º, do Regimento da  
33 Assembleia Municipal, iria proceder à votação secreta, de entre os deputados municipais, para  
34 integrarem a mesa, que vai presidir à sessão.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

35 O Deputado José Balona propôs que, por parte da sua Bancada (CDU), indicava para primeiro e  
36 segundo secretários da Mesa da Assembleia, o Sr. Baltazar Silva e o Sr. Ricardo Campos  
37 respetivamente.

38

39 Feita a votação, após contagem dos votos, foi apurado o seguinte resultado:

40 **21 votos a favor, 3 abstenções e 1 voto contra.**

41

42 Pelas vinte horas e quarenta minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que a Presidente  
43 da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

44

45 **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** \_\_\_\_\_

46

47 A Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes, tendo feito o agradecimento ao  
48 Presidente da Sociedade 1º de Janeiro Torranense pela cedência das instalações. De seguida  
49 informou que iria dar a posse ao cidadão Frederico Albuquerque D'Orey.

50

51 Terminada a formalidade do termo de posse, o Primeiro Secretário da mesa efetuou a chamada  
52 dos deputados, tendo de seguida o Segundo Secretário procedido à leitura do resumo da  
53 correspondência.

54

55 **1 – Expediente.**

56 Resumo da correspondência recebida no período de 1 de julho de 2019 a 12 de setembro de 2019,  
57 que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à ata,  
58 dela fazendo parte integrante.

59

60 **2 - Análise e votação da Ata.**

61

62 O Deputado Filomeno Braz disse que não entendia qual era o critério de execução das atas, sendo  
63 que o resumo feito das intervenções não se aplicava a todos os intervenientes.

64 A Presidente da Assembleia recomendou ao Deputado para fazer um reparo à ata e enviar para a  
65 Mesa da Assembleia, para apreciação.

66

67 A Presidente da Assembleia colocou a Ata da sessão realizada em 23 de abril de 2019 a votação.

68

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

69 - A Ata nº 03 de 23 de abril de 2019 foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor da CDU, 6 votos  
70 contra do PS e 1 voto a favor do BE.

71

72 A Presidente da Assembleia informou que foram presentes à Mesa um Voto de Pesar e uma  
73 Moção.

74 - Voto de Pesar – Maria João Adriano - Apresentado pelos Deputados da CDU;

75 - Moção “A” (*A Resposta às Alterações Climáticas*), apresentada pelo Deputado do BE.

76 O Voto de Pesar apresentado pelos Deputados da CDU foi lido pelo Deputado José Balona, tendo  
77 o mesmo sido colocado à votação.

78 **Deliberação: Aprovado por Unanimidade.**

79

80 A Presidente da Assembleia informou que existiam duas novas propostas da Câmara Municipal  
81 para inclusão na Ordem de Trabalhos.

82

83 O Deputado Serafim Inocêncio disse que gostariam de analisar as propostas, antes de se proceder  
84 à votação.

85 A Presidente da Assembleia Municipal deu cinco minutos aos Deputados para analisarem as  
86 propostas.

87 O Deputado Serafim Inocêncio questionou se a inclusão das propostas seria no início ou no fim da  
88 Ordem de Trabalhos.

89 A Presidente da Assembleia esclareceu que a inclusão seria no final da Ordem de Trabalhos,  
90 colocando à votação a inclusão das referidas propostas.

91 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

92

93 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu o período de intervenção do público e questionou se o  
94 mesmo poderia ser no início da sessão.

95 A Presidente da Assembleia disse que se fosse apresentada à Mesa da Assembleia alguma  
96 proposta nesse sentido, iria colocar à consideração do plenário.

97 A Deputada Mariana Caixeirinho colocou essa proposta à Mesa, sendo a mesma submetida à  
98 votação.

99 **Deliberação: Proposta Rejeitada – 13 votos contra da CDU, 10 votos a favor do PS e 1 voto a favor**  
100 **do BE.**

101 O Deputado José Balona disse que o sentido de voto da Bancada da CDU tinha a ver com a  
102 coerência e a equidade, pois em sessões anteriores a intervenção do público é sempre no final, de  
103 acordo com o Regimento.

104 O Deputado Gonçalo Nunes disse que coerência seria descentralizar as sessões da Assembleia  
105 Municipal e ter em conta o valor do tempo dos cidadãos; deveria dar-se a prioridade ao público  
106 para intervir antes da ordem do dia. Terminou pedindo desculpa ao público presente e lamentava  
107 que não pudessem intervir antes.

108 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Hélder Montinho disse que queria deixar uma  
109 palavra de desagrado, pois deveria dar-se oportunidade ao público para intervir no início da  
110 sessão.

111 O Deputado Jacinto Vinagre afirmou que não fazia sentido alterar-se o período de intervenção do  
112 público, uma vez que iriam ser discutidas propostas importantes e se público tivesse alguma dúvida  
113 relativamente às mesmas, poderia ser esclarecido no final.

114 A Presidente da Assembleia disse, tal como já tem referido, noutras sessões, a mesma entende  
115 que são tratados assuntos que o público poderia ter interesse em intervir e concluiu dizendo que  
116 este era o entendimento da Mesa da Assembleia.

117 O Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo Passos recordou que o  
118 Regimento da Assembleia Municipal tinha sido aprovado e o mesmo dizia que a intervenção do  
119 público era feita no final.

120 O Deputado Ricardo Campos disse que era uma questão de equidade e de coerência e deu o  
121 exemplo de um munícipe da Carrasqueira, que esteve presente numa sessão em Alcácer do Sal e  
122 fez a sua intervenção no final.

123 O Deputado Serafim Inocência declarou que ninguém ensinava lições de coerência e de equidade,  
124 e que em todas as sessões de Assembleias Municipais descentralizadas do executivo PS feitas no  
125 passado, a intervenção do público ocorrera sempre no início das sessões, onde as pessoas traziam  
126 os problemas da própria localidade.

127 A Presidente da Assembleia Municipal referiu que assumia as responsabilidades no seu mandato,  
128 não tendo nada a ver com o que anteriormente foi passado.

129 O Deputado Frederico D'Orey disse que as pessoas estavam em primeiro lugar e que era muito  
130 importante ouvi-las.

131 O Deputado Filomeno Braz disse que estavam ali para servir as pessoas, ouvir os seus problemas,  
132 e era uma falta de respeito os munícipes estarem até ao fim das sessões para poderem expor os  
133 seus problemas.

134 O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Albino Francisquinho, perante a referência  
135 às Assembleia Municipais descentralizadas pelo Deputado Serafim Inocêncio, afirmou que na  
136 altura as coisas funcionavam de forma diferente e bastava olhar-se para as ordens de trabalho para  
137 se perceber que o funcionamento da Assembleia Municipal era distinto: no passado, os pontos  
138 referentes às freguesias estavam no início para se puderem discutir com a população; nesse  
139 momento estava-se a querer impor que os fregueses do Torrão utilizassem a palavra no início e  
140 que depois abandonassem a sala - assim estava-se a contrariar a ideia, que era a participação dos  
141 fregueses.

142 A Presidente da Assembleia disse que tinha sido colocada a votação esta questão e tinha sido  
143 deliberado por maioria, que a intervenção do público seria no final, pelo que iria cumprir a  
144 deliberação.

145 O Deputado Gonçalo Nunes disse que a votação deveria ter sido feita após a discussão e não no  
146 início.

147

148 A Moção "A" (*A Resposta às Alterações Climáticas*), apresentada e lida pelo Deputado do BE, e  
149 aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte  
150 integrante, foi colocada a discussão.

151

152 **Intervenções:**

153 O Deputado António Grilo disse que era com pena que verificava que a Moção voltava novamente,  
154 tendo a mesma sido discutida na última sessão, em que a Bancada da CDU tinha referido que era  
155 assunto para ser discutido pelo Governo, mas todos faziam parte da solução, tal como do  
156 problema. Iriam votar a favor da Moção, pois o concelho necessitava de uma estratégia de  
157 adaptação às alterações climáticas, mencionando que as barragens estavam secas e o rio era  
158 influenciado pelas alterações climáticas. Terminou agradecendo ao BE por mais uma vez ter  
159 trazido esta questão à Assembleia Municipal.

160 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que a questão levantada pelo BE era uma arma de arremesso,  
161 para dizer que os deputados da CDU tinham votado contra uma Moção contra as alterações  
162 climáticas

163 O Deputado Frederico D'Orey declarou que a Moção deveria ter algumas alterações. A questão  
164 das alterações climáticas era muito delicada; deu como exemplo os milhares de sobreiros que  
165 estavam a morrer e disse que a precipitação já era de menos de 40% no inverno e menos de 30%  
166 na primavera, facto com tendência a piorar de década para década. Referiu que deveria existir um  
167 grupo de trabalho do município, com técnicos e envolvendo uma universidade, no sentido de se

168 desenvolver um estudo genético relativamente aos sobreiros e azinheiras, para no futuro poderem  
169 resistir às alterações climáticas. Referiu ainda a cultura do arroz, que deveria ser defendida, pois  
170 era o setor primário do concelho que estava em causa. Terminou dizendo que a Moção deveria ser  
171 mais abrangente e dela deveriam resultar ações que ajudem a atenuar esta questão.

172 O Deputado Filomeno Braz disse que não era o BE que queria executar uma estratégia para a  
173 Assembleia Municipal e que da parte da CDU, como tinha sido dito, não deveria existir estratégia.  
174 Concluiu proferindo que cada um era responsável pelas decisões que tomava.

175 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu que algo que deveria unir os deputados era a defesa do  
176 ambiente e do planeta e não deixar isso para outros organismos o fazerem. Todos deveriam  
177 combater e arranjar estratégias na defesa do ambiente, independentemente de onde vinha a  
178 proposta.

179 O Deputado Gonçalo Nunes disse que a CDU tinha votado contra uma Moção, porque a mesma  
180 tinha vindo da oposição (o que era recorrente) e lamentava que se continuasse nesse registo,  
181 quando estavam ali com o objetivo comum de servir o concelho e a população.

182 O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Albino Francisquinho salientou que por  
183 diversas vezes as Bancadas do PS e do BE tinham votado contra as propostas da CDU e referiu  
184 que o Executivo Municipal não estava contra os problemas climáticos do concelho.

185

186 Após discussão, a Moção foi colocada a votação.

187 **Deliberação: Proposta rejeitada com 13 votos contra da CDU, 10 votos a favor do PS, 1 voto a**  
188 **favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.**

189 (A Presidente da Assembleia Municipal utilizou o Voto de Qualidade)

190

## 191 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO**

---

192

193 A Deputada Ana Maria Guerreiro agradeceu a oportunidade da sessão da Assembleia Municipal  
194 decorrer na vila do Torrão. A Deputada referiu que o sistema de videovigilância do Centro Escolar  
195 do Torrão estava avariado há cerca de um ano e ainda não tinha sido reparado; havia-se comprado  
196 uma campainha para o portão de entrada, mas as funcionárias não tinham visibilidade para  
197 saberem quem queria entrar na escola, tornando-se um problema de segurança para quem estava  
198 no Centro Escolar do Torrão. Disse que muitas vezes a portaria estava aberta sem ninguém na  
199 mesma, a campainha estava avariada e pediu para que fosse colocada a campainha de vigilância.

200 A Deputada referiu que no último fim de semana tinha faltado a água no Torrão. Sabia que nem  
201 sempre era fácil encontrar soluções, porém o recurso encontrado na segunda-feira poderia ter sido  
202 equacionado no domingo. Mencionou que na sexta-feira, no centro da vila já se sentia a falta de

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

203 água, e somente no domingo informaram a população, através do Facebook da autarquia, pelo que  
204 o Executivo Municipal pecou por reagir tardiamente ao problema. A Deputada referiu ainda o Plano  
205 de Mobilidade do Torrão, frisou que estava prometido há seis anos e questionou para quando o  
206 início do mesmo.

207 O Deputado António Birra deu os parabéns ao Presidente e Executivo da Junta de Freguesia de  
208 Torrão pelas diligências efetuadas na remoção do telhado com amianto do Agrupamento de  
209 Escolas do Torrão e declarou que o Presidente da Câmara nunca teve vontade de resolver este  
210 problema, preferindo gastar cerca de cem mil euros nas obras da Fonte Santa. O Deputado referiu  
211 o amianto no telhado do Mercado do Torrão e questionou para quando a sua remoção. Afirmou que  
212 a Câmara retirara ao Executivo da Junta de Freguesia de Torrão mais de 25 mil euros por ano com  
213 os acordos de execução; acrescentou que também tinha sido retirada mão de obra, por parte dos  
214 funcionários da autarquia na execução de serviços inerentes à junta de freguesia, o que não  
215 sucedia com as outras juntas de freguesia do concelho. Foi ainda referido pelo Deputado que a  
216 estrada municipal de São Romão necessitava de ser reparada, questão já discutida várias vezes na  
217 Assembleia Municipal, e mencionou ainda a estrada da Barragem de Trigo de Morais.

218 O Presidente da Junta de Freguesia de Torrão, Hélder Montinho questionou o porquê de se ter  
219 excluído a freguesia do Torrão da Rota da Nacional 2, quando a mesma contava com bastantes  
220 aderentes e era um sucesso, um projeto que trazia bastantes pessoas à vila do Torrão. Referiu  
221 ainda que a Santa Casa da Misericórdia do Torrão era a única instituição do concelho que não era  
222 apoiada monetariamente pela autarquia, sendo que a junta de freguesia estava a dar o seu apoio.

223 O Deputado Ricardo Campos congratulou o Presidente da Câmara pela implementação dos passes  
224 sociais dentro dos municípios do Litoral Alentejano e da Área Metropolitana de Lisboa e destacou  
225 que de momento, a autarquia estava a apoiar em 100% os passes dos alunos do secundário, pelo  
226 que pedia ao Executivo que explicasse melhor esta questão, de modo a que as pessoas pudessem  
227 ter acesso.

228 O Deputado Serafim Inocêncio referiu o Facebook do município e disse que o Presidente da  
229 Câmara deveria melhorar a qualidade da informação e deu como exemplo uma exploração de  
230 mirtilos no concelho, em que a informação não estava correta, pois tinha consultado o caderno da  
231 exploração. Mencionou ainda a descaracterização ambiental que as agroalimentares iriam criar  
232 com a captação de furos de rega. Questionou ainda se tinha conhecimento de quantos  
233 trabalhadores do concelho pertenciam aos quadros das empresas que efetuavam trabalhos  
234 sazonais, nomeadamente nas agroalimentares.

235 O Deputado Rui Damião referiu a limpeza e manutenção dos espaços públicos na cidade,  
236 nomeadamente na Rua Direita, no castelo e na Avenida dos Aviadores, afirmando que existia um

237 aumento exponencial dos funcionários e de contratação de empresas, mas a situação continuava  
238 idêntica. O Deputado questionou sobre o número de atividades que o Museu Etnográfico do Torrão  
239 tinha desenvolvido, neste último mandato.

240 O Deputado António Grilo questionou sobre os apoios à Feira Medieval do Torrão e o porquê de a  
241 mesma não se ter realizado, e lembrou que tinha sido um evento criado pela população.

242 O Deputado Manuel Rocha disse que não era competência do Município a retirada de amianto das  
243 escolas, mas que também não era competência da autarquia (e sim do Ministério da Saúde) trazer  
244 uma médica para a vila do Torrão e, no entanto, fazia-o.

245 O Deputado questionou se existia alguma novidade relativamente à SIV no concelho e disse que  
246 via com satisfação o pagamento dos passes dos alunos. Relativamente à falta de água na vila do  
247 Torrão, afirmou que o município tinha tido uma resposta proactiva, sendo que a responsabilidade  
248 era da AGDA. Em relação à estrada do Batão, declarou que estava em curso um projeto para a  
249 regularização da mesma.

250 O Deputado António Grilo disse que tinha de se cumprir o Regimento e o Deputado Manuel Rocha  
251 tinha feito apenas uma pequena interpelação ao Executivo e na restante intervenção esteve a  
252 responder pelo Executivo.

253 A Presidente da Assembleia disse que a intervenção do Deputado Manuel Rocha tinha sido  
254 equivalente à intervenção do Deputado António Birra e que por essa razão deixou prosseguir o  
255 Deputado.

256 A Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Deolinda Florêncio referiu os acordos de  
257 execução que a autarquia tinha efetuado com a Junta de Freguesia de Torrão e, pelo que sabia, o  
258 Presidente da Junta de Freguesia de Torrão tinha concordado e assinado os mesmos, pelo que  
259 questionava o Presidente da Câmara se faltava algum acordo à junta mencionada.

260 O Deputado Frederico D'Orey transmitiu que aquando da limpeza das estradas, as máquinas,  
261 sendo elas do Município ou das Infraestruturas de Portugal, deveriam ter um maior cuidado, pois  
262 acabavam por aniquilar árvores pequenas, nomeadamente sobreiros e pinheiros com dois palmos,  
263 o que era uma pena, porque a cinco metros do alcatrão, nas zonas onde estavam as cercas,  
264 encontravam-se bolsas de alguma biodiversidade para o interior dos montados que existem.  
265 Referiu ainda o impacto da instalação de agropecuárias para cerca de dois a quatro mil porcos  
266 criados a céu aberto na Barrosinha e o impacto negativo que esses animais criam sobre a  
267 biodiversidade.

268 O Presidente da Câmara disse que a autarquia tinha feito imenso trabalho na freguesia do Torrão e  
269 deu como exemplo a remodelação do parque infantil e arruamentos do Batão, a ETAR de Rio de  
270 Moinhos, a aplicação de pavês nas zonas pedonais da Zona H2, a construção de diversos passeios



271 na vila do Torrão, a substituição lâmpadas normais por lâmpadas LED, a remodelação de uma loja  
272 no mercado do Torrão, substituição de janelas no mercado municipal, os arruamentos no Bairro  
273 dos Castelos, a intervenção na Rua do Relógio e na Rua dos Cardins.

274 O Presidente da Câmara informou que, no ano de 2018, a autarquia tinha apoiado diversas  
275 instituições, no valor de duzentos e cinquenta mil euros, e que a Santa Casa da Misericórdia do  
276 Torrão era apoiada com os acordos de execução que tinha com a Segurança Social, acordos estes  
277 em vigência e efetuados ainda com o executivo PS na autarquia. Relativamente aos acordos de  
278 execução entre a autarquia e a freguesia do Torrão, era o mesmo tipo de apoio, que era dado às  
279 outras freguesias do concelho, ou seja com os mesmos custos-padrão.

280 Relativamente ao Plano de Mobilidade do Torrão, o Presidente da Câmara elucidou que não era  
281 uma promessa feita há seis anos, dado que não fazia parte dos compromissos assumidos pela  
282 CDU, e que a obra iria ter cerca de 50% de financiamentos dos fundos comunitários. Em relação ao  
283 pagamento dos passes sociais, referiu que a Câmara tinha deliberado efetuar o pagamento integral  
284 dos passes, dos alunos do secundário.

285 O Presidente da Câmara disse que, em relação à publicação no Facebook acerca da produção de  
286 mirtilos, os valores publicados tinham a ver com o investimento na terra e com a compra da fábrica  
287 da Torrinha.

288 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que a falta de água na vila do Torrão tinha-se feito sentir na  
289 quinta-feira, dia em que tinham sido contactados pela AGDA a reportar que tinham tido um  
290 problema com uma bomba numa das captações (Várzea da Mó) - que tinha sido substituída -,  
291 fazendo com que o reservatório ficasse sem água. Na altura a autarquia também já estava no  
292 terreno com o piquete, sendo que no domingo a população foi abastecida pelos bombeiros do  
293 Torrão. Concluiu dizendo que a AGDA tem de fazer um investimento nas captações de água para  
294 abastecimento à vila do Torrão e agradeceu o empenho e a dedicação dos funcionários do  
295 município e dos bombeiros do Torrão.

296 O Vereador Manuel Vítor de Jesus disse que a videovigilância no Centro Escolar do Torrão estava  
297 a funcionar, mas não em toda a parte, porque tinha sido quebrada à pedrada. Decorria de momento  
298 um processo de aquisição de material, no sentido de se recolocar o material estragado, para que a  
299 videovigilância ficasse completa. Relativamente à falta de água na vila do Torrão, o Vereador disse  
300 que a população do Torrão não se tinha apercebido, mas os bombeiros do Torrão, de Alcácer do  
301 Sal, de Grândola e de Viana do Alentejo tinham passado a noite de domingo para segunda-feira a  
302 abastecer de água os depósitos. Não obstante tratar-se de um problema da AGDA, esta operação  
303 tivera encargos que iriam ser assumidos pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

304 O Vereador Manuel Vítor disse que em relação ao estacionamento abusivo na cidade de Alcácer  
305 do Sal, e como tinha havido a mudança de comandante no Posto da GNR de Alcácer do Sal, tinha  
306 havido uma reunião onde tinha sido abordada a questão, pelo que esperava que a situação fosse  
307 resolvida da melhor forma. Em relação à limpeza das bermas, o Vereador referiu que, do ponto de  
308 vista legal, a estrada teria de estar limpa até cinco metros da mesma, ou seja, não poderia ter  
309 árvores ou arbustos.

310 O Deputado António Grilo fez uma interpelação à Mesa da Assembleia, no sentido de o Executivo  
311 responder a todas as questões colocadas e que não tinham sido respondidas.

312 A Presidente da Assembleia Municipal questionou o executivo municipal no sentido de saber se  
313 queriam responder às referidas questões.

314 O Presidente da Câmara disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Torrão tinha tido várias  
315 reuniões acerca da Estrada Nacional 2 e não tinha dado conhecimento à autarquia do teor das  
316 mesmas. Concluiu dizendo que a freguesia do Torrão estava na rota da Estrada Nacional 2 e que  
317 estava muito bem representada.

318 O Presidente referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Torrão deveria esclarecer o que se  
319 estava a passar com o grupo Os Sementinhas e o porquê de se estar a regar o jardim aquando da  
320 falta de água no Torrão.

321 O Presidente da Câmara referiu que a Feira Medieval do Torrão não tinha integrado o programa  
322 eleitoral da CDU, sendo que a autarquia tinha um conjunto de atividades desenvolvidas e que iria  
323 desenvolver na freguesia do Torrão de acordo com o seu programa.

324 Em relação à redução dos custos dos passes sociais, o Presidente disse que os mesmos custavam  
325 cerca de quarenta euros nos concelhos do Litoral Alentejano e também de Alcácer do Sal para  
326 Setúbal ou Lisboa, sendo que para estas localidades os passes custavam cento e vinte euros e  
327 cento e cinquenta euros respetivamente e agora, com os passes sociais, tinham ficado em  
328 quarenta euros.

329 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Hélder Montinho exerceu o seu direito de defesa da  
330 honra e disse que, em relação à Estrada Nacional 2, o Presidente da Câmara tinha referido que a  
331 Junta de Freguesia não tinha tido nenhum contacto com o município, mas que o Presidente da  
332 Associação de Municípios da Nacional 2 tinha pedido duas reuniões e tinha sido respondido que o  
333 Presidente da Câmara não tinha agenda para receber a associação, sendo que tinha um email a  
334 comprovar essa resposta. Acrescentou que iria ser celebrado um protocolo entre a Junta de  
335 Freguesia de Torrão e a Associação dos Municípios da Nacional 2 em prol do desenvolvimento do  
336 Torrão. Relativamente aos Sementinhas, disse que a Junta de Freguesia do Torrão tinha apoiado o  
337 grupo desde o primeiro momento e que os mesmos iriam continuar a exercer o seu cante.

338 A Deputada Ana Maria Guerreiro pediu a palavra para esclarecer que não tinha referido a  
339 videovigilância, mas sim a campanha da portaria.

340  
341 **ORDEM DO DIA**

---

342  
343 ***01 - Análise e votação da proposta referente Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;***  
344 ***(documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 22/08/2019)***

345 De acordo com o Regimento a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da  
346 Câmara para querendo, fazer a introdução às propostas apresentadas pela Câmara Municipal, pelo  
347 que, o Presidente fez a respetiva introdução. Após, o cumprimento dessa formalidade a Presidente  
348 colocou a proposta a discussão.

349 **Intervenções:**

350 O Deputado Filomeno Braz disse que a lei tinha vinte e um anos e questionou o porquê de só  
351 agora ocorrer a constituição do Conselho Municipal de Segurança.

352 O Deputado Frederico D'Orey salientou que era importante referir que a população no concelho  
353 estava muito envelhecida. Mencionou que atualmente não existia mão de obra, e de facto, eram os  
354 migrantes que estavam a dar resposta na questão da mão de obra na agricultura. Frisou que tinha  
355 de existir consciência social relativamente aos migrantes e dar-lhes uma resposta efetiva.

356 O Deputado Gonçalo Nunes disse que, com a criação do Conselho Municipal de Segurança, era  
357 importante monitorizar a situação dos migrantes.

358 O Deputado Serafim Inocêncio disse que existia um grande desequilíbrio demográfico em relação à  
359 migração, que era a mão de obra das agroalimentares. Os mesmos estavam mais ou menos  
360 integrados, mas alteravam a questão da comunidade, com hábitos completamente diferentes. O  
361 Deputado terminou dizendo que o Executivo deveria criar uma agenda demográfica para o  
362 concelho, para se perceber qual o contexto social.

363 O Presidente da Câmara disse que os cinco municípios do Litoral Alentejano estavam a perder  
364 população de uma forma preocupante e a questão dos migrantes era um assunto a ser analisado  
365 com uma agenda global e com um conjunto de medidas de diversa natureza, sendo que a questão  
366 dos migrantes não poderia ser encarada como uma questão de insegurança, mas sim com respeito  
367 pelos trabalhadores e com tudo o que representa a nível de alterações culturais, de bem-estar  
368 social, habitacional e alimentar. O Presidente da Câmara terminou dizendo que a criação do  
369 Conselho Municipal de Segurança tinha sido uma aposta do Executivo neste mandato.

370  
371 A proposta foi colocada a votação, tendo sido aprovada por **Unanimidade**.



372 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
373 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

374

375 *02 - Análise e votação da proposta referente à transferência de competências das autarquias locais*  
376 *para as Juntas de Freguesia – D.L. nº57/2019 de 30 de abril; (documento aprovado na reunião de Câmara*  
377 *realizada no dia 22/08/2019)*

378 Feita a introdução à proposta apresentada, foi a mesma colocada a discussão.

379 **Intervenções:**

380 O Deputado António Grilo destacou que duas freguesias não se tinham pronunciado para 2020 e  
381 que, ao não se pronunciarem, aceitavam a delegação de competências de forma taxativa.  
382 Questionava assim porque é que, de uma forma unilateral, a Câmara submetia à aprovação a não  
383 aceitação, quando existia pelo menos uma freguesia disponível para dialogar se era possível ou  
384 não a aceitação da transferência de competências.

385 O Presidente da Câmara disse que o órgão executivo tinha analisado todos os decretos-lei à luz da  
386 lei-quadro, ou seja a Lei nº50/2019, em que os decretos-lei tinham vindo comprovar que não existia  
387 um regime de financiamento que assegurasse o cabal cumprimento das respetivas competências.

388 O Deputado Frederico D'Orey disse que as juntas de freguesia não tinham capacidade de resposta  
389 para aceitarem as transferências de competências, pois não tinham meios financeiros, nem meios  
390 técnicos, nem estruturas de apoio.

391 O Deputado António Grilo disse que estava em vigor nas quatro freguesias os acordos de  
392 execução e os contratos interadministrativos, o que já era uma delegação de competências, pelo  
393 que o que estava em causa era o município transitar para as freguesias, recursos humanos e  
394 financeiros que permitissem às freguesias ficarem dotadas desses meios. Existiam duas juntas de  
395 freguesia que aceitavam a delegação de competências para 2020.

396

397 A Presidente da Assembleia informou que era meia-noite e, que por essa razão, teria que  
398 interromper a intervenção do Deputado António Grilo, que estava no uso da palavra, para colocar  
399 ao plenário a continuidade dos trabalhos.

400 Tendo sido deliberado, **por Unanimidade**, a continuação dos mesmos.

401

402 O Deputado António Grilo prosseguiu dizendo que as freguesias com mais recursos humanos e  
403 financeiros poderiam dar uma resposta mais imediata aos cidadãos. Duas freguesias estavam  
404 disponíveis para ficarem com a delegação de competências para 2020, e o município tomava de  
405 forma unilateral a decisão de não aceitação, sem primeiro discutir essa questão com as autarquias.

406 O Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo Passos elucidou que poderiam  
407 pronunciar-se sobre a transferência de competências para 2020 até 30 de setembro, ou seja, quem  
408 não se pronunciara até então ainda poderia fazê-lo. Referiu que tinha discutido os acordos de  
409 execução com a Câmara e que, relativamente à delegação de competências em discussão, era  
410 inaceitável que a União das Freguesias de Alcácer do Sal ficasse com toda a limpeza urbana da  
411 cidade, pelo que não iriam aceitar a delegação de competências para 2019, 2020 ou 2021.

412 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que estava provado que esta delegação de competências  
413 funcionava e deu o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa, que tinha delegado estas  
414 competências nas suas freguesias e estava a funcionar em pleno. Defendeu que deveria dar-se a  
415 oportunidade para que esta delegação de competências funcione.

416 A Deputada Laura Balona disse que estava incrédula com as intervenções proferidas pela Bancada  
417 do PS, pois, segundo a mesma, o Executivo em funções não tinha feito nada de positivo.

418 Concluiu dizendo que, em sua opinião, muita obra tinha sido feita no concelho.

419  
420 A proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU,**  
421 **10 votos contra do PS, 1 voto a favor da Coligação "Viver Alcácer" e 1 abstenção do BE.**

422 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
423 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

424  
425 ***03 - Análise e votação da proposta referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano***  
426 ***de 2020; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)***

427 Feita a introdução à proposta pelo Presidente da Câmara, foi a mesma colocada a discussão.

428 **Intervenções:**

429 A Deputada Mariana Caixeirinho disse que a Bancada do PS tinha uma tendência democrática  
430 para analisar as propostas e lembrou que o executivo PS, quando esteve em funções, também  
431 suportou um valor de IMI baixo.

432 O Deputado Frederico D'Orey disse que era uma proposta inteligente fixar o valor do IMI em 0,3%,  
433 criando a possibilidade de atrair investimento e regeneração. Salientou que deveria existir uma  
434 maior pressão sobre os proprietários de imóveis vazios no sentido de serem recuperados. Sugeriu  
435 que os proprietários que não recuperem os edifícios tivessem um valor mais alto de taxa de IMI,  
436 neste caso de 1,5%.

437 O Deputado Serafim Inocência disse que não estavam a votar contra tudo e contra todos, pois cada  
438 Bancada tinha a sua opinião. O Deputado referiu que a taxa de IMI de 0,3 era um benefício para  
439 todos e era um valor que vinha desde o ano de 2012 e que a CDU tinha mantido. Terminou

440 dizendo que iriam votar favoravelmente a proposta e que o fariam sempre em propostas de  
441 continuidade, e que a autarquia faria um grande esforço em manter esta taxa de IMI.

442

443 A proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Unanimidade**.

444 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
445 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

446

447 ***04 - Análise e votação da proposta referente à Participação Fixa no IRS a vigorar no ano de 2020;***  
448 *(documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)*

449 Feita a introdução à proposta pelo Presidente da Câmara, foi a mesma colocada a discussão.

450 **Intervenções:**

451 O Deputado Serafim Inocêncio disse que estava preocupado com a diminuição da população no  
452 concelho, que se fazia sentir em todas as freguesias e uma forma de captar pessoas para o  
453 concelho era, por exemplo, com uma participação fixa de IRS baixa, apesar de existirem outros  
454 fatores, como os meios de acessibilidades.

455

456 Após discussão a proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Unanimidade**.

457 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
458 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

459

460 ***05 - Análise e votação da proposta referente ao Lançamento da Derrama para o ano de 2020;***  
461 *(documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)*

462 Não tendo sido feita a introdução à proposta apresentada, foi a mesma colocada a discussão.

463 **Intervenções:**

464 O Deputado António Grilo disse a que taxa em discussão tinha a ver com os lucros das empresas e  
465 era importante existir uma abordagem ao nível da isenção de derrama municipal até cem mil euros,  
466 sendo que o município poderia beneficiar mais os seus munícipes sem causar impacto nas suas  
467 contas.

468 O Presidente da Câmara disse que no próximo ano iriam abordar a questão colocada com o novo  
469 regulamento dos benefícios fiscais. Referiu que estavam identificadas as dez maiores empresas,  
470 sendo que existiam empresas de grande vulto económico que não estavam nesse grupo e tal era  
471 uma preocupação, pois o volume de negócios dessas empresas deveria estar identificado no  
472 concelho de Alcácer do Sal. Terminou dizendo que a maioria das empresas era agrícola, com um  
473 grande volume de negócios, mas que a riqueza não ficava no concelho.

474 O Deputado Serafim Inocêncio referiu o projeto do campo de mirtilos, que iria ser desenvolvido na  
475 Herdade de Montalvo por uma empresa sediada na Malveira, com um investimento de cinquenta e  
476 quatro milhões de euros, mas não iria ficar um tostão no concelho.

477

478 A proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Unanimidade**.

479 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
480 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

481

482 **06 - Análise e votação da proposta referente à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem**  
483 **(TMDP) – ano de 2020; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)**

484 Feita a introdução à proposta pelo Presidente da Câmara, foi a mesma colocada a discussão.

485 **Intervenções:**

486 O Deputado António Grilo disse que a lei previa que fosse o operador a suportar os custos e que  
487 era interessante que o município tivesse a taxa máxima para se perceber se era efetivamente ou  
488 não o consumidor a pagar.

489 O Presidente da Câmara disse que o valor da taxa era o máximo que se poderia cobrar.

490

491 A proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Unanimidade**.

492 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
493 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

494

495 **07 - Análise e votação da proposta referente à desafetação do domínio público para o domínio**  
496 **privado – terrado da Feira do Torrão; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 22/08/2019)**

497 Feita a introdução à proposta pelo Presidente da Câmara, foi a mesma colocada a discussão.

498 **Intervenções:**

499 O Deputado António Grilo questionou se o terreno estava titulado em nome do Município de  
500 Alcácer do Sal e se existia o compromisso do terreno continuar a ser utilizado para os fins para que  
501 vinha a ser utilizado.

502 A Deputada Ana Maria Guerreiro disse que votaria a favor da proposta se fossem dadas garantias  
503 que, no futuro, o uso do terreno continuaria a ser o mesmo e que o espaço seria melhorado, não  
504 correndo o risco de vir a ser loteado e vendido a particulares para efetuarem construções.

505 O Presidente da Câmara disse que garantia que a passagem do domínio público para o domínio  
506 privado do Município era para qualificar o terreno nas funções que tinha atualmente.

507 A proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU,**  
508 **9 abstenções do PS e 1 abstenção do BE.**

509 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
510 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

511

512 *08 - Análise e votação da proposta referente ao procedimento de hasta pública para alienação de*  
513 *prédio municipal sito em Brejos da Carregueira de Baixo; (documento aprovado na reunião de Câmara*  
514 *realizada no dia 22/08/2019)*

515 Para fazer a introdução da proposta, o Presidente da Câmara informou, a Presidente da  
516 Assembleia, que dava a palavra ao Vereador Manuel Vitor.

517 Feita a introdução à proposta, pelo Vereador, foi a mesma colocada à discussão.

518 **Intervenções:**

519 O Deputado Serafim Inocêncio disse que era contra a proposta e que conhecia muito bem o  
520 processo. Era um Plano de Pormenor que tinha sido aprovado com a gestão PS, em 2012, e que  
521 tinha como objetivo regularizar a requalificação e o ordenamento.

522 O Deputado António Grilo disse que os deputados da CDU iriam permitir que o ativo financeiro  
523 mais valioso do Município fosse alienado. O Deputado disse que, ao ler a proposta, questionou-se  
524 sobre o porquê de se vender o ativo financeiro mais valioso do Município e percebeu que o  
525 Município não tem capacidade de endividamento para ir buscar cerca de oito a nove milhões de  
526 euros. Estava-se a falar de um terreno situado na freguesia da Comporta, a freguesia do concelho  
527 que tinha a realidade social mais desequilibrada, onde existiam mais beneficiários do RSI, onde  
528 existiam mais dificuldades em adquirir terrenos para os jovens se fixarem. Era um terreno que tinha  
529 sido guardado por todos os Executivos que lideraram o Município e que poderia ser utilizado como  
530 moeda de troca para garantir, num futuro de médio-prazo, terrenos eventualmente contíguos à  
531 própria aldeia que permitissem aos jovens continuarem na Comporta. O Deputado referiu que a  
532 base de licitação era de quase sete milhões de euros. Eram terrenos não infraestruturados, que  
533 facilmente chegavam a mais de cem mil euros por cada lote e que, depois de serem  
534 infraestruturados, eventualmente esse valor iria duplicar. Salientou que tinha consultado dois  
535 especialistas distintos que garantiam que, num curto-prazo, o terreno poderia vir a duplicar de  
536 valor. Não conseguia então perceber como a população da Comporta poderia vir a beneficiar direta  
537 ou indiretamente desta venda. Terminou dizendo que o PCP estava a fazer especulação imobiliária  
538 para tapar um buraco que ainda iria ser cavado.

539 O Deputado Rui Silva disse que na freguesia da Comporta cada vez mais os jovens e a população  
540 tinham dificuldade em manter-se na mesma, dada a subida do custo de vida trazida pelo turismo e



---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

541 pela especulação imobiliária. Salientou que era um terreno que, a curto-prazo, iria valer muito mais,  
542 e os recursos financeiros do Município estavam a ser desbaratados.

543 O Deputado Filomeno Braz disse que estavam a alienar um dos bens mais preciosos - a terra -, e  
544 para efetuarem essa alienação estavam certamente grandes interesses em causa, pelo que  
545 gostaria de ser esclarecido sobre a necessidade de se vender um dos bens mais preciosos. O  
546 Deputado referiu que só existia uma avaliação do terreno, sendo que por norma existiam sempre  
547 pelo menos duas ou três avaliações para se ter um valor mais aproximado.

548 O Deputado Frederico D'Orey disse que a venda do terreno era uma excelente oportunidade, pois  
549 não se sabia se iria haver uma contração ou não nos próximos anos, e se a autarquia precisava de  
550 dinheiro para o desenvolvimento de Alcácer do Sal, era uma excelente oportunidade. Referiu que,  
551 se a autarquia tinha uma estratégia e tinha capacidade para avançar, devia fazê-lo.

552 A Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Deolinda Florêncio disse que os terrenos que  
553 tinham sido vendidos na Comporta para primeira habitação aos jovens tinham sido mais tarde  
554 revendidos a pessoas de fora do concelho.

555 O Deputado Manuel Rocha disse que se fossem falar de lapidar o património, deveria recuar-se  
556 uns anos atrás para dizer quem efetivamente tinha lapidado o país e os jovens e, com certeza, não  
557 tinha sido o PCP.

558 O Vereador Manuel Vítor quis deixar claro que quando a Herdade da Comporta elaborou o Plano  
559 de Pormenor (e a Câmara colaborou com o mesmo) onde era apresentado um plano para aquela  
560 unidade, a autarquia aceitou o Plano de Pormenor.

561 O Presidente da Câmara pediu a palavra para intervir e disse que, o que se percebia pela  
562 discussão, era que a questão em causa era o Município dispor de ativos. Referiu que era uma  
563 parcela de terreno com doze hectares e que, por várias razões, nunca tinha tido nenhum  
564 alojamento ou realojamento. A Câmara, ao longo dos anos, percebeu que não tinha capacidade  
565 financeira para efetuar as infraestruturas no terreno. Tinha existido um Plano de Pormenor de 1992,  
566 que colocava o terreno para área residencial, com cento e quinze lotes de terreno, lotes esses mais  
567 pequenos do que aqueles que foram aprovados no Plano de Pormenor de 2012, que era o plano  
568 em vigor. O Presidente da Câmara referiu que, na altura, o BE tinha estado contra o Plano de  
569 Pormenor e tinha sido a única força política a estar contra. Referiu que o líder do Executivo em  
570 2012 tinha dito que, em relação à venda de terrenos, existia uma fantasia que aparecia nos planos  
571 municipais de todas as Câmaras (que era a venda de terrenos municipais) e acabava por não se  
572 vender nada. O terreno dos Brejos da Carregueira tinha sido incluído em vários orçamentos, mas  
573 atualmente não tinha qualquer valor, porque tinha o plano desatualizado, que iria ser substituído  
574 pelo novo Plano de Pormenor, iriam ser valorizados os terrenos e, em caso de necessidade,

575 poderiam ser vendidos. O Presidente da Câmara recordou que, na altura, a Vereadora Isabel  
576 Vicente tinha dito que a autarquia pretendia vender os lotes. O Plano de Pormenor tinha sido criado  
577 e aprovado para residência e o grande interesse público era cumprir o plano. O Presidente da  
578 Câmara disse que este terreno não era o maior ativo do município, pois a autarquia tinha um  
579 terreno com quarenta hectares e, no futuro, poderia desenvolver um plano de pormenor.  
580 Relativamente ao terreno em discussão, o mesmo tinha um plano de pormenor aprovado pelo  
581 executivo PS e o mesmo era para vender. Recordou que, entre 1998 e 2000, o Município de  
582 Alcácer do Sal tinha vendido cem mil metros quadrados a dois empreendedores da Comporta.

583 O Presidente da Câmara disse que era indispensável que o município gerasse mais capacidade  
584 financeira para se poder fazer mais em prol das pessoas. Quanto à questão da avaliação do valor-  
585 base, tinha tido no passado uma avaliação de um milhão de euros, mas há cerca de três anos tinha  
586 sido feita uma nova avaliação do terreno, que tinha sido de dois milhões de euros e o Executivo  
587 entendera que o valor era muito baixo; assim, fora necessário pedir uma nova avaliação e o valor  
588 subiu para os seis milhões e duzentos e setenta mil euros como preço-base. Terminou dizendo que  
589 tinha sido analisada juridicamente a questão do direito de preferência relativamente à Herdade da  
590 Comporta e que esta não tinha direito de preferência.

591 O Deputado Serafim Inocêncio disse que na altura da aprovação do Plano de Pormenor tinha  
592 referido que, em relação à venda dos lotes, deveriam ser vendidos com preços para residentes, à  
593 semelhança do que tinha sido feito noutras povoações e que os Executivos seguintes deveriam ter  
594 o bom senso de os lotes serem para a população da Comporta.

595 O Deputado António Grilo disse que tinha a sua forma de pensar e a sua visão e que gostaria de  
596 ter participado no Plano de Pormenor em causa. Salientou que este terreno era o ativo financeiro  
597 mais valioso do Município e questionou o porquê da venda e o que iriam fazer com a receita.

598 O Deputado Filomeno Braz esclareceu que o questionado era o porquê de não se ter feito agora  
599 duas avaliações ao terreno e qual era a necessidade da venda do terreno nesse momento.

600 O Deputado Frederico D'Orey disse que a linha da Comporta já não era para portugueses e que  
601 daqui a cinco/ dez anos a cidade de Alcácer do Sal não terá prédios para vender, pois estarão  
602 todos encaixados no turismo.

603 O Deputado Rui Silva questionou o Executivo sobre a quantidade de vezes que o terreno tinha  
604 estado à venda aquando da permanência do Executivo PS.

605 O Presidente da Câmara recordou que a gestão socialista na CIMAL tinha contraído um  
606 empréstimo de setecentos mil euros relativamente à REGI, que foi liquidado na sua liderança na  
607 CIMAL; no município de Alcácer do Sal tinham liquidado dois empréstimos e reduzido o passivo da  
608 autarquia.

609 O Presidente da Câmara disse que o Deputado António Grilo tinha tido a oportunidade de ter um  
610 financiamento comunitário, através de uma associação em que ele e o Deputado Rui Silva são  
611 membros da direção, mas como não tinham respondido à CCDRA, nem tinham executado o projeto  
612 e, assim, perderam um financiamento de cerca de duzentos mil euros (em que a autarquia entrava  
613 com trinta mil euros), sendo que essa proposta tinha ido à Câmara e tinha sido votada a favor por  
614 unanimidade.

615 O Deputado António Grilo disse, em Defesa da Honra, que o Presidente da Câmara quando  
616 terminar o mandato será uma pessoa *non grata* por aquilo que nos está a oferecer nestes anos, e  
617 garante que as mentiras proferidas iriam ficar registadas e seriam utilizadas em sede própria.

618

619 A proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU,**  
620 **8 votos contra do PS, 1 abstenção do PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto**  
621 **contra do BE.**

622 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
623 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

624 O Deputado António Grilo leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS.

625

626 ***09 - Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal para***  
627 ***provimento no cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe de Divisão de Educação, Ação Social***  
628 ***e Desporto; (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)***

629 Para fazer a introdução da proposta, o Presidente da Câmara informou, a Presidente da  
630 Assembleia, que dava a palavra ao Vereador Nuno Pestana.

631

632 Feita a introdução, pelo Vereador Nuno Pestana, foi a mesma colocada à discussão. Não havendo  
633 discussão, sobre a mesma, a proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria**  
634 **com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1 abstenção do BE.**

635 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
636 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

637

638 ***10 - Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal para***  
639 ***provimento no cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe de Divisão de Cultura e Eventos;***  
640 ***(documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)***

641 Para fazer a introdução da proposta, o Presidente da Câmara informou, a Presidente da  
642 Assembleia, que dava a palavra ao Vereador Nuno Pestana.

643 Feita a introdução, pelo Vereador Nuno Pestana, foi a mesma colocada à discussão. Não havendo  
644 discussão, sobre a mesma, a proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria**  
645 **com 12 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1 abstenção do BE.**

646 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
647 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

648 O Deputado Manuel Rocha não votou em virtude de ter pedido escusa ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 73º do Código de  
649 Procedimento Administrativo.

650

651 ***11 - Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal para***  
652 ***provimento no cargo de direção intermédia de 3º grau, para o desempenho de funções na Unidade***  
653 ***Municipal Hídrica, inserido na Divisão de Mobilidade e Obras Municipais; (documento aprovado na***  
654 ***reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)***

655 Para fazer a introdução da proposta, o Presidente da Câmara informou, a Presidente da  
656 Assembleia, que dava a palavra ao Vereador Nuno Pestana.

657

658 Feita a introdução, pelo Vereador Nuno Pestana, foi a mesma colocada à discussão. Não havendo  
659 discussão, sobre a mesma, a proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria**  
660 **com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1 abstenção do BE.**

661 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
662 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

663

664 ***12 - Análise e votação da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente –***  
665 ***Chefe da Divisão de Educação, Ação Social e Desporto; (documento aprovado na reunião de Câmara***  
666 ***realizada no dia 08/08/2019)***

667 Para fazer a introdução da proposta, o Presidente da Câmara informou, a Presidente da  
668 Assembleia, que dava a palavra ao Vereador Nuno Pestana.

669

670 Feita a introdução, pelo Vereador Nuno Pestana, foi a mesma colocada à discussão. Não havendo  
671 discussão, sobre a mesma, a proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria**  
672 **com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1 abstenção do BE.**

673 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
674 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

675

676 **13 - Análise e votação da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente –**  
677 **Chefe da Divisão de Cultura e Eventos;** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia  
678 08/08/2019)

679 Para fazer a introdução da proposta, o Presidente da Câmara informou, a Presidente da  
680 Assembleia, que dava a palavra ao Vereador Nuno Pestana.

681

682 Feita a introdução, pelo Vereador Nuno Pestana, foi a mesma colocada à discussão. Não havendo  
683 discussão, sobre a mesma, a proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria**  
684 **com 12 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS e 1 abstenção do BE.**

685 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
686 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

687 O Deputado Manuel Rocha não votou em virtude de ter pedido escusa ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 73º do Código de  
688 Procedimento Administrativo.

689

690 **14 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de atividades.**

691 **Intervenções:**

692 O Deputado Serafim Inocêncio disse que o relatório não tinha informação sobre Albergaria,  
693 nomeadamente sobre as festas de Albergaria, aliás como sempre acontecia, sendo que existia uma  
694 falha de comunicação.

695 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Hélder Montinho disse que a Feira do Torrão  
696 também não estava explanada no relatório.

697

698 **Tomado Conhecimento.**

699 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
700 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

701

702 De acordo com o nº3 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal, foi submetido à consideração da  
703 Assembleia Municipal a discussão e votação das seguintes propostas não incluídas na Ordem do Dia.

704 Tendo sido deliberado por Unanimidade a sua inclusão na Ordem do Dia.

705

706 **15 - Análise e conhecimento da informação referente à 3ª alteração ao Mapa de Pessoal para o**  
707 **ano de 2019.** (Tomado Conhecimento na reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)

708

709 **Tomado Conhecimento.**

710 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
711 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

712

713 *16 - Análise e votação da proposta referente à transferência de competências para as autarquias*  
714 *locais – cogestão das áreas protegidas – Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto; (documento*  
715 *aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 08/08/2019)*

716 Foi feita a introdução, à proposta pelo Presidente da Câmara.

717

718 A proposta foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por Maioria com 13 votos a favor da CDU,**  
719 **10 votos contra do PS.**

720 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
721 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

722

723

724

#### 725 **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---

726 A munícipe Maria do Céu Nunes disse que tinha duas questões. Uma delas tinha a ver com as  
727 piscinas municipais, pois como tinha problemas de mobilidade, tornava-se difícil subir as escadas  
728 da mesma e, assim, sugeria que fosse colocada uma rampa de acesso. Referiu também a falta de  
729 passadeiras, nomeadamente na Rua de Beja, que não tinha uma única passadeira e era a artéria  
730 da vila com mais trânsito.

731 O munícipe Afonso Fava disse que existia um espaço enorme vazio na Zona Industrial, que estava  
732 desaproveitado e questionou se não era possível aproveitar o espaço, por exemplo com bancos e  
733 com qualquer coisa que dissesse respeito ao Alentejo. Questionou ainda para quando a  
734 substituição das árvores raquíticas que se encontravam na Praça Bernardim Ribeiro.

735 A munícipe Ana Penas perguntou ao Executivo se sabia quantas famílias existiam em Alcácer do  
736 Sal que não tinham meios para alimentar os seus filhos. Referiu que o Presidente da Câmara tinha  
737 dito que tinha pago uma dívida de setecentos mil euros da CIMAL e questionou se este sabia se o  
738 seu sucessor em Santiago do Cacém tinha pago o que ele devia.

739 O Presidente da Câmara disse que, relativamente à Zona H2, era uma questão que estava em  
740 estudo prévio para uma intervenção paisagística, sendo que, de momento, o Município estava  
741 focado no Plano de Mobilidade do Torrão, um processo complexo cuja obra já estava adjudicada a  
742 um empreiteiro.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

743 Relativamente à intervenção na Praça Bernardim disse que ainda não tinha existido condições para  
744 essa operação e que quando fosse efetuada teria de ser estrutural, com projeto paisagístico, com  
745 rede de rega, rede de drenagem, ou seja, digna da vila do Torrão.

746 Em relação à intervenção da munícipe Ana Penas, o Presidente da Câmara disse que poderia  
747 disponibilizar transporte do Município para a transportar até Santiago do Cacém para questionar o  
748 atual Presidente da Câmara sobre a obra que tinha sido feita; acrescentou que estavam no  
749 concelho de Alcácer do Sal, que era o que estava em causa.

750 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que quanto às passadeiras na Rua de Beja, iriam contactar  
751 as Infraestruturas de Portugal e depois dariam resposta.

752 Terminada a intervenção do público, a Presidente da Assembleia interrogou a, munícipe Ana  
753 Penas, no sentido de, que esta esclarecesse a Mesa, sobre qual a questão que queria colocar ao  
754 executivo. A sua intervenção não tinha justificação na medida em que, estamos a tratar assuntos  
755 do concelho de Alcácer do Sal e não de Santiago do Cacém.

756

### 757 APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES \_\_\_\_\_

758 **A Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a aprovação da minuta da ata,**  
759 **tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, produzindo efeitos imediatos.**

760 **A referida minuta fará parte integrante da presente ata.**

761

### 762 ENCERRAMENTO DA SESSÃO \_\_\_\_\_

763 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas duas  
764 horas e quarenta minutos do dia catorze de setembro do ano dois mil e dezanove. Eu, Dina do  
765 Carmo Prego Semião Sardo, assistente técnica, redigi a presente ata, que assino com a Presidente  
766 da Mesa da Assembleia Municipal.

767

768

769

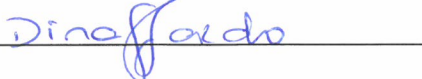
770

771 A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

772 

773

774 A ASSISTENTE TÉCNICA

775 

776







## VOTO DE PESAR por;

MARIA JOÃO GADELHA ADRIANO, serviu o nosso Concelho como cidadã, funcionária administrativa da União de Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, e foi esposa do funcionário do Município e também Secretário da Mesa desta Assembleia Victor Elias.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em Sessão Ordinária a 13 de Setembro de 2019, aprova um voto de pesar pelo falecimento de MARIA JOÃO GADELHA ADRIANO e propõe que, do mesmo seja dado conhecimento à sua família.

Alcácer do Sal, 13 de Setembro de 2019

Os eleitos da CDU.



Aprovado por Unanimidade



## Moção

### A resposta às alterações climáticas

Um recente trabalho elaborado pelo IPMA veio tornar público que a temperatura média em cidades como Lisboa, Bragança, Coimbra, Santarém ou Beja está a subir, desde 1950, ao ritmo de 0,2 graus Celsius por década. Também em cada período de dez anos, a precipitação está a diminuir ao ritmo de 40 milímetros e as secas estão a tornar-se mais frequentes.

As entidades locais, como as autarquias, têm um papel decisivo na resposta às alterações climáticas, tendo até em conta que as áreas urbanas (onde vive hoje grande parte da população) são as principais emissoras de gases de efeito de estufa, devido principalmente à utilização da energia nos transportes, nas actividades económicas e outros usos urbanos.

As recentes mobilizações estudantis, que se saúdam, vieram dar uma maior projecção à urgente tomada de medidas pelas entidades públicas para responder às alterações climáticas.

Para além da elaboração de cartas de zonamento climático local em cada município e da criação duma rede de monitorização climática à escala municipal, a instalação de painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar e a criação de redes de participação cidadã a partir de certas áreas do território, é também imprescindível a elaboração duma "Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)".

Torna-se também imprescindível difundir um maior conhecimento sobre a situação de emergência climática, até para combater as ideias anticientíficas difundidas por dirigentes mundiais como o atual presidente dos EUA.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária em 13 de Setembro de 2019, decide que:

**1 – Seja elaborada uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas – EMAAC;**

**2 – Sejam amplamente divulgados pelas escolas e espaços públicos, materiais didácticos e publicações como a "Reportagem Especial" (disponível em <http://ce3c.ciencias.ulisboa.pt/file/ReportagemEspecial.pdf>) para ajudar à compreensão da necessidade de estratégias de adaptação às alterações climáticas**

O representante do BE



Moção A referendada - 13 VOTOS CONTRA da CDU, 10 VOTOS a favor do PS e 1 VOTO a favor do BE





## Declaração de Voto

### ALIENAÇÃO DE PRÉDIO MUNICIPAL EM BREJOS DA CARREGUEIRA DE BAIXO

Os eleitos pelo Partido Socialista de Alcácer do Sal na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal são contra a alienação em hasta pública do prédio municipal, com 12 ha, situado em Brejos da Carregueira de Baixo, freguesia da Comporta, sobretudo se for efetuada para resolver ou evitar problemas conjunturais resultantes da má gestão do atual executivo CDU da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

A venda deste ativo financeiro, o mais valioso do património municipal, é lesiva dos interesses dos habitantes da freguesia da Comporta e do próprio concelho. A freguesia da Comporta, apesar de ser evidenciada pelo mediatismo associado à marca "Comporta" é a freguesia do nosso concelho onde existem mais casos de carência social entre a população.

Os jovens que hoje permanecem na Comporta não têm condições para adquirir lotes de terreno para construir as suas habitações, por via da "perversidade" dos valores praticados. Perguntamos nós: Qual tem sido o papel da Câmara Municipal de Alcácer do Sal para minimizar esta problemática?

Este terreno poderia ser o garante para que os habitantes da Comporta, nomeadamente os mais jovens, pudessem beneficiar de construção a preços reduzidos, podendo o próprio terreno servir como "moeda de troca" para áreas de construção contíguas à atual aldeia da Comporta.

O prédio municipal, com 12 ha, situado em Brejos da Carregueira de Baixo, freguesia da Comporta, foi desanexado da "Herdade da Comporta" e transmitido o seu domínio ao Município de Alcácer do Sal através da Portaria n.º 309/81 de 31 de março, onde se pode atestar que os 12 hectares inerentes a esta expropriação se destinam "(...)para os



fins de utilidade pública(...)”. Objetivamente não se verificam quais os fins de utilidade pública num processo que prevê uma alienação que apresenta um preço base a rondar os 7.000.000,00€ para os 12 ha (não infraestruturados).

Continuamos a assistir a uma Alcácer convida “presa a uma cama de hospital”, onde o quero posso e mando inflama diariamente o futuro de TODOS os alcacerenses. E onde a agenda política do executivo CDU assenta numa lógica de promoção e propaganda que tem ao longo dos últimos anos absorvido e “esbanjado” grande parte dos recursos financeiros do Município sem que exista um retorno efetivo e real para os munícipes e sua correspondente melhoria de qualidade de vida.

Os territórios de oportunidades apenas materializam as suas potencialidades se tiverem pessoas que os sintam e os desenvolvam, e onde os seus governantes sejam suficientemente competentes para não colocar em causa um dos princípios elementares da gestão pública: o princípio da Solidariedade Intergeracional. Não podemos comprometer hoje os recursos que vão ser necessários para que outros possam ter opção de escolha no futuro.

A gestão deste executivo CDU leva-nos a dizer que:

SÓ VENDE QUEM PRECISA DE VENDER...

E QUEM VENDE SABE PORQUE PRECISA DE VENDER...MESMO QUE SE ESTEJA A ALIENAR O FUTURO DE GERAÇÕES VINDOURAS

**Torrão, 13 de setembro de 2019**

**O GRUPO MUNICIPAL DO PS**